



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 705/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- Processo TCE nº 2166/2013 (03 vols.).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Fundo Estadual da Criança e do Adolescente – FECA.
- 4- Exercício:** 2012.
- 5- Responsáveis:** Sra. Maria das Graças Soares Prola, Gestora do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD-AM – Informação nº 99/2014 (fls. 499/501).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2202/2014, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 502/505).
- 8- Relator:** Conselheiro Julio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual da Criança e do Adolescente. Exercício de 2012.

*Contas regulares com ressalvas. Determinação à origem. Quitação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro e Relator, em **divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS** a Prestação de Contas do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade da Sra. Maria das Graças Soares Prola, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**9.2- DETERMINAR** à origem que planeje melhor suas futuras ações, a fim de que os recursos disponibilizados sejam melhor utilizados, assim como apresente toda a documentação exigida pela Corte nas próximas prestações;

**9.3- DAR QUITAÇÃO** ao responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

E, **por maioria**, nos termos do voto do Relator, pela não aplicação de multa ao responsável.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 705/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

*Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela inclusão de multa. Acompanhou o Voto-Destaque o Conselheiro convocado Alípio Reis Firmo Filho.*

**10- Ata:** 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de dezembro de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral